

SUMÁRIO

Capítulo 1

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	23
1. Conceito de Constituição	23
2. Sentidos ou concepções de Constituição	23
2.1. Sentido sociológico	24
2.2. Sentido político	24
2.3. Sentido jurídico	25
2.4. Sentido cultural	26
3. Classificação das Constituições	27
3.1. Quanto ao conteúdo	27
3.2. Quanto à forma	28
3.3. Quanto à origem	29
3.4. Quanto à estabilidade	30
3.5. Quanto à extensão	31
3.6. Quanto à elaboração	32
3.7. Quanto à ideologia	33
3.8. Quanto à essência	33
3.9. Quanto à sistematização	34
3.10. Quanto à finalidade	35
3.11. Quanto ao sistema	35
3.12. Quanto ao local de elaboração ou origem de sua decretação	36
3.13. Quanto à função	36
3.14. Classificação da Constituição Federal brasileira de 1988	37
4. Estrutura das Constituições	38
4.1. Preâmbulo	38
4.2. Normas centrais da Constituição (parte dogmática)	41
4.3. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	41
5. Tópico-síntese	42

Capítulo 2

PODER CONSTITUINTE	49
1. Conceito e generalidades	49
2. Origens da teoria do Poder Constituinte	50
3. Natureza	50
4. Titularidade e exercício	51
5. Espécies de Poder Constituinte: originário e derivado	52

6.	Poder Constituinte Originário	52
6.1.	Conceito	52
6.2.	Características.....	52
6.3.	Poder Constituinte Supranacional.....	53
6.4.	Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional	55
7.	Poder Constituinte Derivado	56
7.1.	Conceito	56
7.2.	Características.....	56
7.3.	Espécies: Reformador e Decorrente	56
7.4.	Poder Constituinte Reformador	57
7.4.1.	Conceito e espécies	57
7.4.2.	Limitações.....	57
7.5.	Poder Constituinte Decorrente	61
8.	Mutação constitucional ou Poder Constituinte difuso.....	62
9.	Tópico-síntese	63

Capítulo 3

TEORIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	69
--	-----------

1.	Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.....	69
1.1.	Eficácia jurídica e eficácia social	69
1.2.	Aplicabilidade das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais....	70
2.	Classificação de José Afonso da Silva.....	70
2.1.	Normas constitucionais de eficácia plena.....	70
2.2.	Normas constitucionais de eficácia contida.....	71
2.3.	Normas constitucionais de eficácia limitada	71
3.	Tópico-síntese	72

Capítulo 4

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	75
--	-----------

1.	Métodos de interpretação constitucional	75
1.1.	Método jurídico ou hermenêutico clássico.....	75
1.2.	Método tópico-problemático	76
1.3.	Método hermenêutico-concretizador	76
1.4.	Método científico-espiritual.....	76
1.5.	Método normativo-estruturante	77
1.6.	Método da comparação constitucional.....	77
2.	Princípios de interpretação constitucional	77
2.1.	Princípio da unidade da Constituição	77
2.2.	Princípio do efeito integrador	78
2.3.	Princípio da máxima efetividade.....	78
2.4.	Princípio da justeza ou da conformidade funcional	78

2.5.	Princípio da concordância prática ou da harmonização.....	79
2.6.	Princípio da força normativa da Constituição	79
2.7.	Princípio da interpretação conforme a Constituição.....	79
2.8.	Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade.....	79
3.	Teoria dos poderes implícitos	80
4.	Tópico-síntese	80

Capítulo 5

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	83	
1.	Conceito e pressupostos	83
2.	Espécies de inconstitucionalidade	84
3.	Momentos de exercício do controle.....	85
4.	Controle difuso	89
4.1.	Histórico e nomenclatura.....	89
4.2.	Âmbito dos tribunais.....	92
4.3.	Efeitos da decisão	94
5.	Controle concentrado	98
5.1.	Ação Direta de Inconstitucionalidade (genérica) – ADIN.....	98
5.1.1.	Objeto.....	99
5.1.2.	Competência.....	100
5.1.3.	Legitimidade	102
5.1.4.	“Amicus curiae”	105
5.1.5.	Efeitos da decisão	107
5.1.6.	Pedido cautelar	108
5.2.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão – ADO.....	109
5.2.1.	Objeto	110
5.2.2.	Competência.....	110
5.2.3.	Legitimidade	111
5.2.4.	Efeitos da decisão	111
5.2.5.	Pedido cautelar	112
5.2.6.	ADO versus mandado de injunção	113
5.3.	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (ou Representação Interventiva).....	113
5.4.	Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC	116
5.4.1.	Objeto	117
5.4.2.	Competência.....	118
5.4.3.	Legitimidade	118
5.4.4.	“Amicus curiae”	118
5.4.5.	Efeitos da decisão	118
5.4.6.	Pedido Cautelar.....	119
5.5.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF	120
5.5.1.	Objeto	120

5.5.2.	Competência.....	121
5.5.3.	Legitimidade	122
5.5.4.	“Amicus curiae”	122
5.5.5.	Efeitos da decisão	122
5.5.6.	Pedido Cautelar.....	123
6.	Principais recentes julgados sobre controle de constitucionalidade.....	123
7.	Tópico-síntese	128

Capítulo 6

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....135

1.	Princípios consagradores das bases políticas nacionais	135
2.	Fundamentos da República Federativa do Brasil.....	138
3.	Princípio da soberania popular	138
4.	Princípio da separação dos poderes.....	139
5.	Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.....	140
6.	Princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.....	141
7.	Tópico-síntese	145

Capítulo 7

TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....147

1.	Distinções conceituais: direitos humanos, direitos fundamentais e garantias fundamentais.....	147
2.	Titularidade dos direitos fundamentais	148
3.	Cláusula de abertura material ou de inegociabilidade dos direitos fundamentais.....	148
4.	A eficácia horizontal, privada ou externa dos direitos fundamentais.....	149
5.	Evolução: gerações ou dimensões dos direitos fundamentais.....	150
6.	Principais recentes julgados sobre direitos fundamentais.....	152
7.	Tópico-síntese	166

Capítulo 8

DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS167

1.	Direitos e deveres individuais e coletivos na Constituição Federal de 1988	167
1.1.	Direito à vida.....	167
1.2.	Direito à igualdade	168
1.3.	Liberdade de ação à luz do princípio da legalidade.....	169
1.4.	Liberdade de locomoção.....	169
1.5.	Liberdade de manifestação do pensamento ou opinião	170
1.6.	Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação	170
1.7.	Liberdade de informação	170

1.8.	Liberdade de consciência e crença e a escusa de consciência.....	171
1.9.	Liberdade de reunião.....	172
1.10.	Liberdade de associação	172
1.11.	Liberdade profissional.....	173
1.12.	Direito à intimidade.....	174
1.13.	Direito à vida privada.....	175
1.14.	Direito à honra	175
1.15.	Direito à imagem.....	175
1.16.	Direito à inviolabilidade da casa	176
1.17.	Direito à inviolabilidade das correspondências e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.....	181
1.18.	Direito de propriedade.....	182
1.19.	Direito de petição.....	184
1.20.	Direito de certidão.....	184
1.21.	Direito de acesso à justiça.....	185
1.22.	Direito à segurança jurídica	185
1.23.	Direito ao devido processo legal	186
1.24.	Direito ao contraditório e à ampla defesa.....	187
1.25.	Direito a garantias penais e processuais penais.....	187
2.	Tópico-síntese	190

Capítulo 9

DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS..... 197

1.	<i>Habeas Corpus</i>	197
1.1.	Histórico	197
1.2.	Legislação pertinente.....	197
1.3.	Cabimento.....	198
1.4.	Legitimidade	199
1.5.	Cabimento de tutela preventiva.....	201
1.6.	Espécies	201
2.	Mandado de segurança.....	202
2.1.	Histórico	202
2.2.	Legislação pertinente.....	202
2.3.	Cabimento.....	202
2.4.	Legitimidade	204
2.5.	Cabimento de tutela preventiva.....	207
2.6.	Espécies	209
3.	Ação popular.....	209
3.1.	Histórico	209
3.2.	Legislação pertinente.....	210
3.3.	Cabimento.....	210
3.4.	Legitimidade	211

3.5.	Cabimento de tutela preventiva.....	212
3.6.	Espécies.....	213
4.	<i>Habeas data</i>	213
4.1.	Histórico	213
4.2.	Legislação pertinente.....	213
4.3.	Cabimento.....	213
4.4.	Legitimidade	214
4.5.	Cabimento de tutela preventiva.....	215
5.	Mandado de injunção.....	216
5.1.	Histórico	216
5.2.	Legislação pertinente.....	216
5.3.	Cabimento.....	216
5.4.	Legitimidade	217
5.5.	Cabimento de tutela preventiva.....	218
6.	Tópico-síntese	220

Capítulo 10

DOS DIREITOS SOCIAIS.....	227
----------------------------------	------------

1.	Generalidades.....	227
2.	Direitos sociais individuais dos trabalhadores.....	229
3.	Direitos sociais coletivos dos trabalhadores.....	232
4.	Princípio da vedação ou proibição do retrocesso social.....	234
5.	Concretização dos direitos sociais versus teoria da reserva do possível	235
6.	Tópico-síntese	236

Capítulo 11

DIREITO DE NACIONALIDADE.....	241
--------------------------------------	------------

1.	Conceito e generalidades.....	241
2.	Espécies e formas de aquisição da nacionalidade	242
3.	Os brasileiros na Constituição Federal de 1988.....	244
3.1.	Brasileiros natos.....	244
3.2.	Brasileiros naturalizados.....	247
3.3.	Distinções entre natos e naturalizados	251
4.	Perda da nacionalidade brasileira.....	253
5.	O português equiparado a brasileiro ou “quase nacional”	255
6.	Tópico-síntese	256

Capítulo 12

DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	263
------------------------------------	------------

1.	Generalidades.....	263
----	--------------------	-----

2.	Direitos políticos positivos	265
2.1.	Ativos. Capacidade eleitoral ativa	265
2.2.	Passivos. Capacidade eleitoral passiva	266
3.	A situação dos militares.....	270
4.	Direitos políticos negativos	272
4.1.	Inelegibilidades	272
4.1.1.	Inelegibilidades absolutas.....	273
4.1.2.	Inelegibilidades relativas.....	273
4.2.	Privação dos direitos políticos: perda e suspensão	280
5.	Princípio da anterioridade eleitoral	284
6.	Dos partidos políticos	285
7.	Tópico-síntese	290

Capítulo 13

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	295	
1.	Organização político-administrativa	295
2.	A União	296
2.1.	Bens da União	296
2.2.	Competência material.....	297
2.3.	Competência legislativa	298
2.4.	Descomplicando a competência dos entes federados.....	299
3.	Os Estados federados	303
3.1.	Bens do Estado.....	306
3.2.	Competência material.....	306
3.3.	Competência Legislativa	307
4.	O Distrito Federal	308
5.	Os Municípios	309
5.1.	Competência legislativa	311
5.2.	Competência material.....	311
6.	Os Territórios Federais	312
7.	Intervenção	313
7.1.	Intervenção federal	313
7.2.	Intervenção estadual	315
7.3.	Características	315
8.	Administração Pública	316
8.1.	Introdução	316
8.2.	Disposições Gerais	316
8.2.1.	Princípios da administração pública	316
8.2.2.	Disciplina constitucional	318
9.	Principais recentes julgados sobre organização do estado e competência dos entes federados	324
10.	Tópico-síntese	332

Capítulo 14

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	339
1. Do poder Legislativo.....	339
1.1. Estrutura do Poder Legislativo	339
1.1.1. Âmbito Federal.....	339
1.1.2. Âmbito Estadual	339
1.1.3. Âmbito Municipal.....	341
1.1.4. Âmbito Distrital	342
1.2. Atribuições do Congresso Nacional	342
1.3. Câmara dos Deputados.....	343
1.3.1. Principais características.....	343
1.3.2. Competência privativa	344
1.4. Senado Federal.....	345
1.4.1. Principais características.....	345
1.4.2. Competência privativa	346
1.5. Imunidades parlamentares	347
1.5.1. Imunidade material ou inviolabilidade parlamentar	348
1.5.2. Imunidade formal ou processual	348
1.5.3. Foro por prerrogativa de função	350
1.5.4. Imunidade parlamentar estadual e municipal	351
1.6. Os Deputados e Senadores.....	351
1.7. Perda do mandato de Deputado e Senador	352
1.8. Das reuniões.....	353
1.9. Das comissões	354
1.9.1. As Comissões Parlamentares de Inquérito	355
1.10. Processo legislativo.....	360
1.10.1. Generalidades.....	360
1.10.2. Espécies de processos legislativos	361
1.10.2.1. Processo legislativo ordinário.....	362
1.10.2.2. Processo legislativo sumário	369
1.10.2.3. Processos legislativos especiais	370
1.11. Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	370
2. Do Poder Executivo	373
2.1. Generalidades.....	373
2.2. Sistemas de governo	374
2.3. A eleição do Presidente da República	375
2.4. O mandato.....	376
2.5. Atribuições do Presidente da República	377
2.6. Responsabilidade do Presidente da República	378
2.6.1. Crimes de responsabilidade	378
2.6.2. Crimes comuns.....	381
2.6.2.1. Imunidade presidencial (irresponsabilidade penal relativa).....	382

2.7.	Ministros de Estado	383
2.8.	Órgãos de Consulta do Presidente da República.....	383
3.	Do Poder Judiciário	384
3.1.	Funções típicas e atípicas.....	384
3.2.	Organograma do Poder Judiciário	385
3.3.	Estatuto da Magistratura	386
3.4.	Garantias do Poder Judiciário.....	387
3.4.1.	Garantias institucionais.....	387
3.4.2.	Garantias funcionais	388
3.5.	Quinto Constitucional	390
3.6.	Súmulas Vinculantes	391
3.7.	Do Conselho Nacional de Justiça	392
3.8.	Do Supremo Tribunal Federal	395
3.9.	Do Superior Tribunal de Justiça	396
3.10.	Da Justiça Federal	397
3.11.	Da Justiça do Trabalho.....	397
3.12.	Da Justiça Eleitoral	398
3.13.	Da Justiça Militar.....	400
3.14.	Da Justiça Estadual.....	400
4.	Das funções essenciais à Justiça	401
4.1.	Do Ministério Público.....	402
4.1.1.	Princípios institucionais	403
4.1.2.	Garantias e impedimentos dos membros do Ministério Público	404
4.1.3.	Funções institucionais	405
4.1.4.	Conselho Nacional do Ministério Público.....	406
4.2.	Da Advocacia Pública	408
4.3.	Da Advocacia.....	409
4.4.	Da Defensoria Pública.....	409
5.	Principais recentes julgados sobre organização dos poderes e funções essenciais à justiça.....	410
6.	Tópico-síntese	419

Capítulo 15

DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	431	
1.	Generalidades sobre o sistema constitucional das crises	431
1.1.	Do Estado de Defesa	432
1.2.	Do Estado de Sítio.....	433
1.3.	Disposições gerais relativas ao Estado de Defesa e ao Estado de Sítio.....	434
2.	Das Forças Armadas	434
3.	Da segurança pública	437
4.	Tópico-síntese	438